

PETIÇÃO Nº 12.639 - CE (2019/0085175-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
REQUERENTE : E DOS S L
ADVOGADOS : PATRICIA LIMA BAHIA FARIAS FERNANDES - PA013284
FLUVIA MORAES PACHECO - PA021887
PABLO BUARQUE CAMACHO - PA024153
REQUERIDO : J V V

DECISÃO

Cuida-se de pedido de tutela provisória de urgência formulado por E. DOS S. L., objetivando a atribuição de efeito suspensivo ao AREsp 1.467.442/CE (em segredo de justiça e ainda não distribuído a este relator).

O apelo extremo colacionado no presente incidente, a seu turno, desafiou acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, invocando as alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional. Confira-se a ementa do julgado (fls. 241-242, e-STJ):

DIREITO DE FAMÍLIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C PARTILHA DE BENS E PEDIDO LIMINAR DE PENSÃO ALIMENTÍCIA. PRELIMINAR DE QUEBRA DO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE OU DA UNICIDADE RECURSAL. REJEIÇÃO. MÉRITO. BLOQUEIO CAUTELAR DO PATRIMÔNIO DO AGRAVANTE/RÉU LIMITADO, NO PRIMEIRO AGRAVO DE INSTRUMENTO, À METADE DO VALOR ATRIBUÍDO À AÇÃO ORIGINÁRIA, APENAS ATUALIZADO MONETARIAMENTE, ASSEGURADA A LIBERAÇÃO DO QUE SOBEJAR, RESPEITADA A ORDEM DE PREFERÊNCIA ESTABELECIDADA NOS INCISOS I A XIII DO ART. 835 DO CPC/15. CUMPRIMENTO DOS ACÓRDÃOS NA ORIGEM. AVALIAÇÃO JUDICIAL DE BENS IMÓVEIS. NECESSIDADE. DESPESAS PERICIAIS A SER PAGAS INTEGRALMENTE PELO AGRAVANTE/RÉU, A QUEM APROVEITA A DILIGÊNCIA, RESPEITADO O DIREITO AO RESSARCIMENTO, SE VITORIOSO, AO FINAL. CONFIRMAÇÃO. EXTENSÃO DA PERÍCIA. ACERVO IMOBILIÁRIO CONSIDERÁVEL. RESTRIÇÃO DA AVALIAÇÃO DETERMINADA PELO JUÍZO SINGULAR À QUANTIDADE DE IMÓVEIS SUFICIENTE À GARANTIA DO JUÍZO, INICIANDO-SE PELO IMÓVEL OFERTADO PELO AGRAVANTE/RÉU. PRIMAZIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA CELERIDADE, ECONOMIA E DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ DO RECORRENTE NÃO CONFIGURADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO AGRAVADA REFORMADA EM PARTE.

1. Cuida-se de agravo de instrumento (fls. 01/12), com pedido de atribuição de efeito suspensivo-ativo ao recurso, interposto por JACOBUS VAN VLIET em face de ELEN DOS SANTOS LIMA contra a decisão interlocutória da lavra do Juízo de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões de Caucaia-CE (fls. 113/116), o qual, ao dar cumprimento aos acórdãos exarados no bojo do (primeiro) Agravo de Instrumento nº 0630308-35.2017.8.06.0000 (fls. 84/102 e 103/112), determinou, dentre

outros pontos, a realização da avaliação de todos os imóveis bloqueados nos autos da ação originária por perito judicial, cujos honorários deverão ser pagos com a utilização do numerário que se encontra bloqueado da conta do requerido, ora agravante, junto ao Banco do Brasil (R\$ 516.708,17), a ser compensados ou não, a depender do resultado final do processo (Proc. nº 0047342-45.2015.8.06.0064).

2. “No sistema recursal brasileiro, vigora o cânone da unicidade ou unirrecorribilidade recursal, segundo o qual, manejados dois recursos pela mesma parte contra uma única decisão, a preclusão consumativa impede o exame do que tenha sido protocolizado por último.” (EDv no AgInt nos EAREsp 955.088/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/09/2018, DJe 13/09/2018).

3. Logo, como a decisão interlocutória (fls. 95/96) desafiada pelo ora agravante nos autos do (primeiro) Agravo de Instrumento nº 0630308-35.2017.8.06.0000 é absolutamente diversa da interlocutória (fls. 113/116) por ele combatida neste (segundo) Agravo de Instrumento nº 0628277-08.2018.8.06.0000, muito embora ambas tenham sido proferidas – com quase 01 (um) ano de diferença – no bojo da mesma ação originária (Proc. nº 0047342-45.2015.8.06.0064), não há que se falar em violação à regra da unicidade recursal. Preliminar rejeitada.

4. No mérito, em que pese o *caput* do art. 95 do CPC/15 estabelecer, expressamente, que “Cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo a do perito adiantada pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes.”, é de clareza meridiana que, no caso concreto, a avaliação judicial foi autorizada como forma de dar efetividade ao pedido formulado pelo ora agravante, no bojo do seu (primeiro) agravo de instrumento, de levantamento do bloqueio cautelar de seus bens, acatado, em parte, por este órgão fracionário.

5. Desse modo, revela-se cabível e razoável que o agravante assumira integralmente os encargos decorrentes do acolhimento parcial da sua (primeira) pretensão recursal, porque a avaliação em tela é medida que interessa somente a ele e não à agravada, além de não lhe retirar, consoante destacou o juiz a quo (fl. 115), o direito de, ao final, se vitorioso na ação originária, ser ressarcido pela recorrida de tais despesas, por força do § 2º do art. 82 do CPC/15 (“A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou.”).

6. De outra banda, em respeito aos princípios constitucionais da celeridade, economia processual e duração razoável do processo, impõe-se a avaliação, por perito judicial, do bem imóvel indicado pelo agravante na inicial deste recurso, avançando-se, *pari passu*, a diligência em outros imóveis de propriedade do recorrente acaso este ainda se mostre insuficiente à garantia do juízo, tudo às suas expensas, lembrando que, antes de deflagrada a sobredita avaliação, deverá a contadoria do fórum atualizar monetariamente o valor atribuído à ação originária pela ora recorrida, cuja metade corresponderá ao limite da constrição autorizada no bojo do (primeiro) agravo de instrumento.

7. A aplicação da penalidade por litigância de má-fé justifica-se quando demonstrados o intuito da parte em agir com deslealdade processual e o efetivo prejuízo à parte adversa, o que não se afigurou no caso concreto, vez que o agravante interpôs o recurso legalmente previsto no ordenamento jurídico, sem abusar do direito de recorrer, para reverter decisão interlocutória desfavorável aos seus interesses, obtendo, inclusive, parcial êxito.

8. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO AGRAVADA REFORMADA EM PARTE.

Nas razões do recurso especial (fls. 287-313, e-STJ), a recorrente aponta, além da existência da divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 489, § 1º, 1.022, II, do NCPC.

Sustenta, em síntese, a caracterização da negativa de prestação jurisdicional na hipótese, uma vez que o acórdão estadual não teria enfrentado todos os argumentos lançados em embargos de declaração, opostos contra a decisão que deu parcial provimento ao agravo de instrumento. Ademais, defende que o Tribunal local não valorou adequadamente as provas apresentadas.

Aportou nesta Corte Superior o agravo em recurso especial, contra juízo negativo de admissibilidade exarado na origem, cuja distribuição está pendente, de modo que não se obteve acesso a sua íntegra porquanto em segredo de justiça.

Vai daí que a requerente deduziu o presente pleito, almejando a concessão do efeito suspensivo àquele recurso, aduzindo, para tanto, que estão preenchidos os requisitos necessários à concessão da tutela provisória de urgência.

Notícia que a plausibilidade do direito recai na existência de omissões não supridas pela Corte local, sobretudo porque o bloqueio de bens imposto pela decisão no agravo de instrumento não pode se limitar ao montante equivalente à metade do valor da causa, já que o demandado possui vasto patrimônio que lhe rende elevada receita. No ponto, aventa, ainda, que o valor da causa foi delimitado com base na percepção superficial do patrimônio do casal, de modo que não pode ser penalizada com o bloqueio em valor inferior à totalidade de bens adquiridos na constância da união. Outrossim, discorreu a respeito da ocorrência de "fatos estranhos" na origem, porquanto praticados atos processuais à revelia da cientificação das advogadas da demandante.

Já quanto ao perigo na demora, defende a necessidade imediata de bloqueio de todos os bens, sem exigir avaliação detalhada do patrimônio. Arremata afirmando que não receberá "nada do que contribuiu" na constância da relação, até porque existe o risco de alienação dos bens pelo demandado, o qual teria interesse em retornar ao seu país de origem.

É o relatório.

Decido.

O pedido não comporta acolhimento.

1. Inicialmente, salienta-se que a concessão de tutela de urgência a recurso inadmitido na origem é excepcional e pressupõe a aferição da existência de decisão teratológica ou manifestamente contrária à jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, somada à demonstração dos requisitos da plausibilidade do direito invocado (viabilidade do apelo nobre) e do perigo da demora.

Nesse mesmo sentido, a propósito, confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR - EXTINÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR POR NÃO SE VERIFICAR A PRESENÇA CONCOMITANTE DOS CORRELATOS REQUISITOS. INSURGÊNCIA DO REQUERENTE.

1. A concessão da medida cautelar, para conferir efeito suspensivo a recurso inadmitido na origem, e objeto de agravo nos próprios autos perante esta Corte de Justiça, é excepcional e pressupõe a aferição da existência de decisão teratológica ou manifestamente contrária à jurisprudência deste

Superior Tribunal de Justiça, somada à demonstração dos requisitos da viabilidade do apelo nobre e plausibilidade do direito invocado, e do perigo da demora. Precedentes do STJ.

[...]

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg na MC 23.933/ES, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 25/09/2015) [grifou-se]

Em sede de juízo de cognição sumária, tem-se que a requerente não logrou êxito em demonstrar, nos termos acima exigidos, a presença concomitante dos requisitos necessários à concessão da medida excepcional ora almejada.

1.1. Nesta etapa de exame não exauriente, verifica-se que a plausibilidade do direito não milita em favor da recorrente. É que, ao que se percebe em análise superficial, não se vislumbra a alegada negativa de prestação jurisdicional, na medida em que o acórdão estadual examinou de forma adequada a controvérsia que lhe foi apresentada, ressaltando, inclusive, a necessidade de apuração melhor dos fatos alegados por meio da instrução processual em desenvolvimento na origem, até porque levantadas dúvidas a respeito da configuração da união estável.

Outrossim, pontua-se que é entendimento pacífico deste Superior Tribunal que **o magistrado não é obrigado a responder a todas as alegações das partes se já tiver encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem é obrigado a ater-se aos fundamentos por elas indicados.**

Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DO AGRAVANTE.

(...)

2. Não caracteriza omissão ou falta de fundamentação a adoção de posicionamento contrário ao interesse da parte, nem está o magistrado obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como de fato ocorreu na hipótese dos autos.

(...)

(AgInt no REsp 1588575/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 02/05/2018)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. CAUTELAR DE ATENTADO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto o Tribunal de origem decidiu a matéria de forma fundamentada. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tiver encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.

2. Verifica-se que o Tribunal estadual analisou todas as questões relevantes para a solução da lide, de forma fundamentada, não havendo que se falar em negativa de prestação jurisdicional.

[...]

5. Agravo interno improvido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1293666/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/10/2018, DJe 05/11/2018)

Não bastasse, verifica-se a existência de outro fator que enuncia a inviabilidade da pretensão recursal, uma vez que a Presidência desta Corte Superior, em 1.4.2019, prolatou decisão não conhecendo do agravo em recurso especial interposto pela recorrente, cujo efeito suspensivo se persegue nesta medida. Assim, o referido fator reforça a tese da inexistência da plausibilidade do direito.

1.2. Finalmente, não se verifica a caracterização do perigo de dano no caso, justo que não houve a demonstração de ato específico e concreto que pudesse gerar o esvaziamento do efeito prático do futuro provimento.

De fato, a requerente traz à colação argumentos genéricos acerca da intenção do requerido de dilapidar o patrimônio amealhado na constância da alegada união estável, sem arrolar, pontualmente, em que consistiram tais condutas.

Em sendo assim, *"A jurisprudência desta Corte é no sentido de que o risco de dano apto a lastrear medidas de urgência, analisado objetivamente, deve revelar-se real e concreto, não sendo suficiente, para tal, a mera conjectura de riscos, tal como posto pelo requerente."* (AgInt no TP 1.477/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 22/08/2018)

Ausente a demonstração dos requisitos imprescindíveis ao cabimento da presente tutela provisória de urgência, impõe-se o seu indeferimento.

2. Ante o exposto, com fulcro no artigo 288 do Regimento Interno do STJ c/c artigo 1.029, § 5º, inciso I, do CPC/2015, indefiro liminarmente a pretensão cautelar deduzida por meio da presente tutela provisória.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator